

Demonstrações Financeiras

Rosal Energia S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	18
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS.....	19
6. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	19
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	20
8. IMOBILIZADO.....	20
9. INTANGÍVEL.....	22
10. FORNECEDORES.....	24
11. PROVISÕES.....	24
12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	24
13. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	25
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	25
15. RECEITA LÍQUIDA.....	28
16. CUSTOS E DESESA.....	29
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	30
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	31
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	33
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Rosal Energia S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A ROSAL ENERGIA

A Rosal Energia S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, subsolo 1, Sala 8, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a geração e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética. A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é de R\$46.944 mil, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO

Resultado do Exercício

A Companhia apurou um lucro líquido do exercício de R\$27.839 mil em 2023, em comparação ao resultado de R\$23.507 mil em 2022.

Receita Operacional

A receita bruta de fornecimento de energia elétrica foi de R\$61.114 mil em 2023, comparada a R\$59.125 mil em 2022, que representa um aumento de 3,36%.

Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$19.192 mil em 2023, comparado a R\$20.380 mil em 2022, representando uma redução de 5,83%. Esta variação decorre, principalmente, da redução dos custos com energia elétrica comprada para revenda.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2023 foi de R\$3.243 mil, comparado a R\$1.792 mil em 2022, representando um aumento de 80,97%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento da receita financeira relacionada aos seguintes itens: renda de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia e variação monetária de créditos tributários.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$1.454 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando uma redução de 4,96% em relação ao lucro de R\$29.293 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$2.436 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 9,39% em relação ao lucro de R\$25.943 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização – LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA da Companhia foi de R\$31.066 mil (R\$29.270 mil em 2022) e a Margem do LAJIDA foi de 68,67% no mesmo período (65,73% em 2022), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var. %
Resultado Líquido	27.839	23.507	18,43
Despesa de IR e CS	1.454	2.436	(40,31)
Resultado Financeiro	(3.243)	(1.792)	80,97
Depreciação e amortização	5.016	5.119	(2,01)
LAJIDA	31.066	29.270	57,08

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2024, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2023, no montante de R\$27.839 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.052 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2023:

- Do montante de R\$14.945 mil referente aos dividendos mínimos obrigatórios, R\$13.202 mil foi pago em 2023 como dividendos intercalares, e R\$1.744 mil deverá ser pago até 31 de dezembro de 2024; e
- R\$14.945 mil referentes a dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig Geração e Transmissão, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig Geração e Transmissão que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

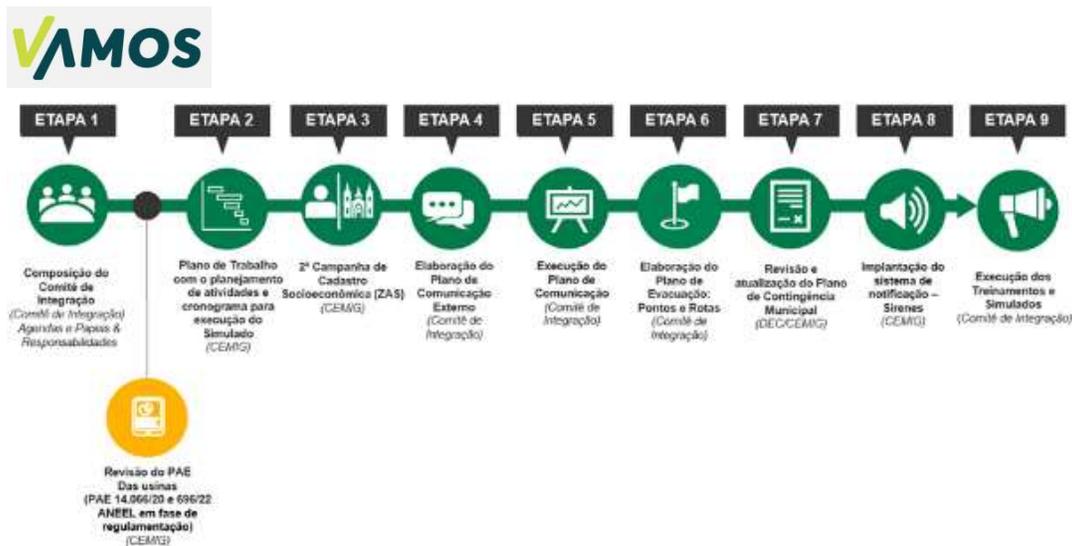
A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis emergências;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em emergências;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Cíveis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura. Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, assim como ocorrido para as barragens, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 06 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 07 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 07 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 05 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano.
- 08 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti;
- 06 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado e Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de cerca de 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rosal Energia S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rosal Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rosal Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG


Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)
ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.963	2.900
Títulos e Valores Mobiliários	4	6.190	15.834
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5	7.236	5.808
Tributos Compensáveis	7	65	4
Outros ativos		377	382
TOTAL DO CIRCULANTE		16.831	24.928
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	60
Tributos Compensáveis	7	571	454
Depósitos Judiciais	6	543	539
Outros ativos		323	82
Imobilizado	8	93.624	95.458
Intangível	9	7.679	8.287
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		102.740	104.880
ATIVO TOTAL		119.571	129.808

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)
PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	1.826	1.359
Obrigações Sociais e Trabalhistas		702	727
Impostos, taxas e contribuições	12	822	562
Imposto de Renda e Contribuição Social	18 a	126	359
Encargos Regulatórios	13	1.426	1.298
Dividendos a Pagar	14	1.744	12.780
Convênio de compartilhamento	19	255	254
Outras Obrigações		96	36
TOTAL DO CIRCULANTE		6.997	17.375
NÃO CIRCULANTE			
Encargos Regulatórios	13	707	823
Impostos, taxas e contribuições	12	594	515
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18 b	281	413
Provisões	11	85	78
Outras Obrigações		269	80
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.936	1.909
TOTAL DO PASSIVO		8.933	19.284
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	14		
Capital Social		46.944	46.944
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		39.200	41.252
Reserva de Capital		160	160
Reservas de Lucros		24.334	22.168
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		110.638	110.524
PASSIVO TOTAL		119.571	129.808

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	15	45.242	44.531
CUSTOS			
Custos com energia elétrica	16 a	(5.986)	(7.776)
Custos de operação	16 b	(11.142)	(10.988)
		(17.128)	(18.764)
LUCRO BRUTO		28.114	25.767
DESPESA OPERACIONAL	16 b		
Despesas Gerais e Administrativas		(692)	(1.414)
Outras Despesas		(1.372)	(202)
		(2.064)	(1.616)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		26.050	24.151
Receitas Financeiras	17	3.449	1.934
Despesas Financeiras	17	(206)	(142)
		3.243	1.792
Resultado Antes dos Impostos		29.293	25.943
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	18 c	(1.586)	(2.311)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18 c	132	(125)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		27.839	23.507

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	27.839	23.507
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>27.839</u>	<u>23.507</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	46.944	160	43.304	9.389	15.252	-	115.049
Dividendos Adicionais Propostos 2020	-	-	-	-	(15.252)	-	(15.252)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	23.507	23.507
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(2.052)	-	-	2.052	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do resultado proposta à AGO:							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(12.780)	(12.780)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	12.779	(12.779)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	46.944	160	41.252	9.389	12.779	-	110.524
Dividendos Adicionais Propostos 2021 (Nota 14)					(12.779)		(12.779)
Resultado do Exercício						27.839	27.839
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação			(2.052)			2.052	-
Destinação do resultado proposta à AGO (Nota 14):							
Dividendos mínimos obrigatórios pagos						(13.202)	(13.202)
Dividendos mínimos obrigatórios						(1.744)	(1.744)
Dividendos adicionais propostos					14.945	(14.945)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	46.944	160	39.200	9.389	14.945	-	110.638

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	27.839	23.507
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 16)	5.016	5.122
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos (Nota 18)	1.454	2.436
Varição monetária de depósitos judiciais (Nota 17)	(5)	(4)
Provisões (Nota 11)	(7)	(30)
Baixa imobilizado	-	8.554
Juros de arrendamentos	57	-
Rendas de aplicações financeiras	(2.559)	(1.661)
	31.795	37.924
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (Nota 5)	(1.428)	(1.622)
Tributos Compensáveis (Nota 7)	(197)	(170)
Depósitos Judiciais (Nota 6)	1	(4)
Outros ativos	(236)	89
	(1.860)	(1.707)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores (Nota 10)	467	(953)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(25)	143
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	-	(348)
Tributos	339	316
Encargos Regulatórios (Nota 13)	12	224
Convênio de compartilhamento (Nota 19)	1	31
Provisões (Nota 11)	14	-
Outras Obrigações	199	16
	1.007	(571)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	30.885	35.646
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.800)	(2.197)
Juros resgatados em Títulos e Valores mobiliários	2.490	1.373
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31.575	34.822
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras em Títulos e Valores mobiliários	(42.091)	(45.982)
Resgate de Títulos e valores mobiliários	51.865	40.683
Imobilizado (Aquisições) (Nota 8)	(2.525)	(12.212)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	7.249	(17.511)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 14 e)	(38.761)	(15.251)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(38.761)	(15.251)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	63	2.060
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.900	840
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.963	2.900
	63	2.060

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rosal Energia S.A. (“Companhia” ou “Rosal”), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, sediada em Belo Horizonte – MG e tem por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Rosal (“UHE Rosal”). A Companhia tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A UHE Rosal está localizada nos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e São José do Calçado e Guaçuí, no Estado do Espírito Santo. O Contrato de Concessão para Geração e Transmissão de Energia Elétrica nº 001/97 foi assinado em 08 de maio de 1997, com prazo de duração da concessão para exploração de 35 anos.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Três Marias, o prazo de extensão foi de 1.314 dias, com novo fim da concessão previsto para 12/2035. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

A Companhia teve sua licença de operação renovada, no início de março de 2011, por mais oito anos, já tendo sido protocolado no IBAMA novo pedido de renovação, conforme prazo estabelecido pelo órgão ambiental. Entre as ações implantadas, estão os programas de educação ambiental, de qualidade da água, reflorestamento das margens e recuperação de áreas degradadas, conservação e uso do reservatório, monitoramento de processos erosivos e a criação dos parques naturais municipais de Guaçuí (ES) e Bom Jesus do Itabapoana (RJ).

O pedido de renovação da Licença de Operação - LO, vencida em 02/03/2019, foi protocolado dentro do prazo legal e essa se encontra prorrogada automaticamente até a manifestação definitiva do IBAMA. Em fevereiro de 2022, o IBAMA emitiu ofício 27/2022/CGTEF/DILIC confirmando a prorrogação automática.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 03 de maio de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme detalhado na nota explicativa 20.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 17 – Receita (reconhecimento do fornecimento não faturado de Energia Elétrica); e
- Nota 20 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.6 Redução ao Valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança	A Companhia adotou as alterações à CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis.

de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações à CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a materialidade das mesmas.
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	A Companhia adotou as alterações à CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos. A Companhia já havia contabilizado o imposto diferido sobre arrendamentos, resultando em um efeito semelhante ao das alterações propostas. Sendo assim, não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
CPC 06 – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.	01/01/2024

As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

2.7 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

2.8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Banco conta movimento	41	126
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	102	105
Overnight	2.820	2.669
	2.963	2.900

Os **Certificados de Depósitos Bancários – CDBs** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variaram 99% em 31 de dezembro de 2023, (99,0% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As **operações de aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 11,42% a.a. e 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (variou entre 13,62% a.a. e 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 20 a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as práticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	592	1.739
Letras Financeiras Bancos - LFs	3.815	10.355
Debêntures	63	90
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.720	3.650
	6.190	15.834
Não Circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	-	-
Debêntures	-	60
	-	60
	6.190	15.894

Os **Certificados de Depósitos Bancários – CDBs** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 103% a 104,3% em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As Letras Financeiras que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre 108,6% e 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As Letras Financeiras que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre 11,83% a.a. e 11,85% a.a. do em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,65% a.a. e 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre Taxa Referencial (TR)+1% e 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As práticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 20. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Total	
	Não Faturado	2023	2022
Fornecimento Industrial	2.958	2.958	808
Suprimento a Outras Concessionárias	3.670	3.670	5.000
Energia Elétrica de Curto Prazo	608	608	-
Total	7.236	7.236	5.808

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 20.

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2023	2022
Depósitos judiciais		
Fiscais	133	133
Trabalhistas	387	385
Outras	23	21
	543	539

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
Circulante		
ICMS	61	-
Outros	4	4
	65	4
Não Circulante		
PIS-PASEP	102	81
COFINS	469	373
	571	454
TOTAL	636	458

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de deprec. (%)	2023			2022		
		Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido
Em Serviço		181.934	(94.639)	87.295	181.439	(90.278)	91.161
Terrenos, Obras Cívicas, Benfeitorias e Edificações	2,34	36.220	(17.627)	18.593	36.220	(16.869)	19.351
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,08	85.923	(43.267)	42.656	85.923	(41.477)	44.446
Máquinas e Equipamentos	3,14	59.650	(33.610)	26.040	59.155	(31.798)	27.357
Veículos	-	89	(89)	-	89	(89)	-
Móveis Utensílios	6,25	52	(46)	6	52	(45)	7
Em Curso		6.327	-	6.327	4.297	-	4.297
Total		188.261	(94.639)	93.622	185.736	(90.278)	95.458

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas(B)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2023
Em Serviço	181.439	-	-	495	181.934	495	(94.637)	87.297
Terrenos, Obras Cíveis, Benfeitorias e Edificações	36.220	-	-	-	36.220	-	(17.627)	18.593
Reservatórios, Barragens e Adutoras	85.923	-	-	-	85.923	-	(43.267)	42.656
Máquinas e Equipamentos	59.155	-	-	495	59.650	495	(33.610)	26.040
Veículos	89	-	-	-	89	-	(89)	-
Móveis Utensílios	52	-	-	-	52	-	(44)	8
Em Curso	4.297	2.525	-	(495)	6.327	2.030		6.327
Total	185.736	2.525	-	-	188.261	2.525	(94.637)	93.624

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. Com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. A taxa média de depreciação em 2023 é de 2,48% (2,47% em 2022).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

9. INTANGÍVEL

Intangível	Taxa anual média de amortização %	2023			2022		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço							
Custo histórico - Servidão		299	-	299	299	-	299
Ativos da Concessão - GSF	6,82	8.900	(1.518)	7.382	8.900	(912)	7.988
Total		9.199	(1.518)	7.681	9.199	(912)	8.287

A movimentação do intangível é como segue:

Ativo Intangível	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023
Em serviço					
Custo histórico - Servidão	299	-	299	-	299
Ativos da Concessão - GSF	8.900	-	8.900	(1.518)	7.382
Total	9.199	-	9.199	(1.518)	7.681

Ativo Intangível	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições	Valor Bruto em 31/12/2022	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022
Em serviço					
Custo histórico - Servidão	299	-	299	-	299
Ativos da Concessão - GSF	8.900	-	8.900	(912)	7.988
Total	9.199	-	9.199	(912)	8.287

O ativo intangível de servidão refere-se ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão e, portanto, não é amortizado.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Rosal	8.900	08/05/2032	1.314	13/12/2035

A Companhia avaliou o ativo intangível em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não identificou indícios de perda do valor recuperável.

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

10. FORNECEDORES

	2023	2022
Circulante		
Operação e Manutenção de Usina	1.811	1.267
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	15	15
Energia de curto prazo - CCEE	-	77
Total	1.826	1.359

11. PROVISÕES

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões		
Ambientais	85	78
	85	78

	31/12/2022	Adições	Liquidações	31/12/2023
Provisões				
Ambientais	78	7	-	85
	78	7	-	85

	31/12/2021	Adições	Liquidações	31/12/2022
Provisões				
Tributárias	39	-	(39)	-
Ambientais	69	9	-	78
	108	9	(39)	78

Os passivos contingentes referentes aos processos de natureza ambiental e patrimonial, totalizaram R\$307 em 31 de dezembro de 2023 (R\$15.326 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$85 foram provisionados em 31 de dezembro de 2023 (R\$78 em 31 de dezembro de 2022), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar essas discussões. No 2º trimestre de 2023, houve a reavaliação da probabilidade de perda para Remota da pasta Ambi-000043622, de R\$15 mil, considerando a sentença de improcedência, confirmada em segundo grau e com baixas chances de reversão nos tribunais superiores por se tratar de matéria de fato.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Política contábil

Os valores são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
Circulante		
PASEP	26	32
COFINS	118	147
ICMS	264	13
INSS	143	127
ISS	203	180
Outros	68	63
	822	562
Não circulante		
COFINS Diferido	488	390
PASEP Diferido	106	125
	594	515
Total	1.416	1.077

13. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2023	2022
Passivo Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	356	461
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	8	8
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME	14	18
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	440	572
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	572	194
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – FNDCT (a)	28	35
CDE sobre P&D (a)	8	10
	1.426	1.298
Passivo Não Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	707	823
Total Passivo	2.133	2.121

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$46.944, constituído por 46.944.467 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

b) Reservas

Reservas de Lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucro	2023	2022
Reserva Legal	9.389	9.389
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	14.945	12.779
	24.334	22.168

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu Reserva Legal em 2023, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2023	2022
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	27.839	23.507
Realização do custo atribuído	2.052	2.052
	29.891	25.559
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	1.744	12.780
Dividendos mínimos obrigatórios pagos em 2023	13.202	-
Dividendos Adicionais Propostos	14.945	12.779
Total dos Dividendos	29.891	25.559

d) Destinação do Resultado de 2023 - Proposta da Administração

Destinação do Resultado de 2023 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2024, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2023, no montante de R\$27.839, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.052, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2023:

- Do montante de R\$14.945 mil referente aos dividendos mínimos obrigatórios, R\$13.202 mil foi pago em 2023 como dividendos intercalares, e R\$1.744 mil deverá ser pago até 31 de dezembro de 2024; e
- R\$14.945 mil referentes a dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

Lucro Líquido 2023	Reversão Reserva de Lucros a Realizar	Distribuição do Resultado		
		Div. Mín. Obrigatórios já pagos em 2023	Div. Mín. Obrigatórios	Patrimônio Líquido (Dividendos adicionais)
27.839	2.052	13.202	1.744	14.945

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.780
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(12.780)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	1.744
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.744

f) Pagamento de dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	12.780
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	12.779
Pagamento de dividendos intermediários ref. 2023	13.202
	38.761

15. RECEITA LÍQUIDA

	2023	2022
Receita Bruta de Energia Elétrica (a)	61.114	59.125
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(15.872)	(14.594)
Receita Operacional Líquida	45.242	44.531

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2023	2022
Fornecimento Faturado – Industrial	59.098	50.068
Fornecimento Não Faturado	3.670	1.370
Suprimento a Outras Concessionárias	835	4.122
(-) Reversão Receita não faturada ano anterior (i)	(5.000)	-
Transações com Energia na CCEE	2.511	3.565
Total	61.114	59.125

(i) Trata-se de novo procedimento para estorno da provisão de renda não faturada referente a dezembro de 2022 realizado em janeiro de 2023.

b) Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

	2023	2022
COFINS	1.519	1.503
PASEP	329	326
ICMS	10.473	9.012
Reserva Global de Reversão – RGR	1.141	1.126
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	127	125
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	181	179
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	90	90
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	92	128
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.866	2.050
CDE sobre P&D	54	55
	15.872	14.594

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Abaixo a prática contábil material atrelada às receitas da Companhia.

Fornecimento Bruto de Energia

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

16. CUSTOS E DESESAZ

A composição dos custos e despesas é conforme segue:

Custos com energia elétrica

	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	1.087	2.586
Encargos de uso da rede básica de transmissão	4.899	5.190
	5.986	7.776

Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Materiais	395	385	8	-	403	385
Serviços de terceiros (a)	3.820	3.292	716	719	4.536	4.011
provisões	(7)	(30)	-	-	(7)	(30)
Depreciação	5.016	5.119	-	-	5.016	5.119
seguros	92	89	-	-	92	-
peçoal	1.894	1.999	692	690	2.586	2.683
outros custos	68	134	648	208	580	229
	11.142	10.988	2.064	1.617	13.206	12.605

a) Serviços de terceiros

	2023	2022
Manutenção e conservação de instalações	2.137	2.381
Conservação e limpeza de prédios	535	508
Meio ambiente	675	527
Comunicação	291	185
Auditoria externa	34	44
Tecnologia da informação	132	125
Despesas Gerais e Administrativas	206	-
Outros	526	241
	4.536	4.011

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	2.591	1.712
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	433	157
Variação monetária de depósitos judiciais	5	4
Variação Monetária de créditos tributários	314	-
Outras Receitas Financeiras	106	61
	3.449	1.934
Despesas Financeiras		
Variação Monetária	(138)	(103)
Outras Despesas Financeiras	(68)	(39)
	(206)	(142)
Resultado Financeiro	3.243	1.792

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes**

	2023	2022
Circulante		
Imposto de Renda	26	189
Contribuição Social	100	170
Total	126	359

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2023	2022
Não Circulante		
Imposto de Renda diferido	185	278
Contribuição Social diferida	96	135
Total	281	413

c) Conciliação do Imposto de renda e Contribuição Social

	2023	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	62.175	62.175
Percentual de Presunção	-7.673	-7.673
	4.360	6.540
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações	2.828	2.828
Outras Receitas Financeiras	857	857
Base de Cálculo - Lucro Presumido	8.045	10.225
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.207	920
Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)	781	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.987	920
Acerto de crédito	(858)	(463)
Rendas de Aplicações	2.591	2.591
Renda de aplicações resgatadas	2.828	2.828
Rendas de aplicações não resgatadas	-237	-237
Alíquota	25%	9%
	(60)	(21)
Receita por competência (receita diferida)	(1.060)	(1.060)

Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(85)	(127)
Alíquota	25%	9%
	(21)	(11)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico (líquido amortização)	(607)	(607)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(49)	(73)
Alíquota	25%	9%
	(12)	(7)
Corrente	1.129	457
Diferido	(93)	(39)

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	57.216	57.216
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.577	6.866
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações	1.463	1.463
Outras Receitas Financeiras	223	223
Base de Cálculo - Lucro Presumido	6.263	8.552
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	939	770
Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)	602	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.542	770
Acerto de crédito		
Rendas de Aplicações Não resgatadas (realização)	249	249
Alíquota	25%	9%
	62	22
Receita por competência (receita diferida)	1.909	1.909
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	153	229
Alíquota	25%	9%
	38	22
Ganhos com repactuação do risco hidrológico (líquido amortização)	(607)	(607)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(49)	(73)
Alíquota	25%	9%
	(12)	(7)
Corrente	1.542	770
Diferido	88	36

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	255	-	-	-	(255)	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	254	-	-	(502)	(810)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	294	115	-	-	(1.826)	(1.923)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.744	-	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou os Dividendos no total de R\$ 1.744. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes nota explicativa nº 14.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022

FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.820	2.669	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.189	15.834	-	-	99	333	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	60	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	78	58
Participação nos resultados	17	14
Previdência privada	3	3
Total (1)	98	75

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias		7.236	7.236	5.808	5.808
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	2.274	2.274
Depósitos Judiciais		543	543	539	539
		7.779	7.779	8.621	8.621
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.922	2.922	2.774	2.774
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	591	591	1.739	1.739
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.815	3.815	8.231	8.231
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.721	1.721	3.650	3.650
Debêntures	2	63	63		
		9.112	9.112	16.394	16.394
		16.891	16.891	25.015	25.015
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(1.826)	(1.826)	(1.359)	(1.359)
		(1826)	(1826)	(1.359)	(1.359)

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa

descontado e modelos de apuração de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.821	5	-	-	-	1.826
	1.821	5	-	-	-	1.826

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela UHE Rosal. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Rosal Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 10 de maio de 2024.

Eduardo José de Souza, Conselheiro

Paulo Roberto de Brito Mosqueira, Conselheiro

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro